

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 661 - Brasília, segunda-feira, 30 de março de 1998

NESTA
EDIÇÃO

Mauro defende moradia na Constituição

O senador Mauro Miranda pediu apoio do plenário a emenda que prevê a inclusão do direito à moradia entre os previstos no Capítulo dos Direitos Sociais da Constituição. **Página 7**

Miranda pede apoio à Amazônia

PÁGINA 8



João Rocha questiona prioridade a estados ricos

O senador João Rocha condenou a prioridade dos estados mais ricos na distribuição de recursos federais. Ele alertou para o agravamento dos desequilíbrios regionais e para o aumento da migração em direção aos grandes centros. **Página 4**

Jefferson quer manter política longe da saúde

Senador alertou o futuro ministro José Serra para a necessidade de escolher seus assessores entre pessoas competentes e "livres de injunções"

O senador Jefferson Péres defendeu na sexta-feira em plenário a desvinculação entre a gestão da saúde e a política partidária. Ele classificou a ingerência política como uma das principais causas das dificuldades enfrentadas pelo governo nesse setor. E alertou para a possibilidade de o senador José Serra enfrentar graves problemas na sua futura gestão como ministro da Saúde, caso não promova uma revisão do atual sistema. "Se ele não tiver poder, força, coragem e disposição para fazer uma limpeza e entregar todos os órgãos do Ministério da Saúde a pessoas competentes e livres de injunções políticas, é melhor que não aceite sua indicação", recomendou Jefferson. O senador lamentou o costume nacional de se promoverem



Jefferson lamentou as nomeações partidárias nomeações no serviço público segundo critérios políticos, inclusive em um setor como a saúde. **Página 5**

Plenário vota cooperação no combate ao crime

A cooperação com a França e a Itália no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas está prevista em dois acordos internacionais que deverão ser apreciados nesta semana pelo plenário.

Os acordos criam a possibilidade de assistência mútua e de troca de informações entre os países.

Também está prevista a votação de projeto que estabelece Diretrizes Nacionais de Defesa Civil e de proposta de redução dos valores das taxas de fiscalização da instalação de emissoras de rádio e televisão. A Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutirá emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima que limita a imunidade dos parlamentares. **Páginas 2 e 3**



Estarão em pauta nesta semana, no plenário, acordos internacionais e diretrizes para a ação do governo em casos de calamidade.

Comissão se reúne na quarta-feira para analisar projetos que acabam com a exigência constitucional de autorização prévia das Casas do Congresso para que um parlamentar responda a processo judicial

CCJ discute a imunidade parlamentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se na quarta-feira, às 10h, para continuar a discussão em torno da proposta de emenda à Constituição que retira a exigência constitucional de o parlamentar somente poder ser processado com prévia licença de sua Casa. A Emenda nº 2/95, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), tramita em conjunto com as



Ronaldo Simon e Suassuna são autores das emendas que deverão ser examinadas pela comissão
PECs nºs 3/95 e 10/95, de iniciativa dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Ney



Suassuna (PMDB-PB).
A CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-



AM), ainda discutirá na quarta outra matéria importante: emenda constitucional nº 18/97, também de Ronaldo Cunha Lima, pretende ampliar a competência do tribunal do júri para julgar todos os crimes dolosos

contra a vida, "independente de quaisquer privilégios ou prerrogativas de outro foro".

Amanhã deve se reunir, às 10h, a comissão mista que aprecia a Medida Provisória nº 1.645, que trata de autorização para que o Poder Executivo abra crédito extraordinário no valor de R\$ 4,4 milhões para o Ministério do Planejamento e Orçamento.

Amanhã e quarta, às 17 horas, a Comissão de Assuntos Sociais estará reunida em audiência pública para debater a regulamentação dos planos e seguros de saúde.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (31.03.98)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLC nº 5/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9-472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações (pareceres da CCJ e CAE já votados pelas comissões, dependendo de parecer da CI); "Projeto de Resolução nº 14-98-CN, que cria, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha; "PLC nº 30/97, que transforma cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral; "PDL nº 96/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical de Itaipicena da Serra, estado de São Paulo; "PDL nº 97/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasil Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valinhos, estado de São Paulo; "PDL nº 99/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasil de Adamantina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Adamantina, estado de São Paulo; "PDL nº 136/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rede Tocantins de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Nacional, estado do Tocantins; e "Mensagem nº 90/98, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor José Viegas Filho, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Peru

Quarta-feira (1º.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLC nº 44/97, que dispõe sobre a inclusão, no rito processual da Lei nº 8.029/90, das liquidações do Banco de Roraima S.A. - Banroraima, e da Companhia Usinas Nacionais - CUN; "PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE; "PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França; "PDL nº 143/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália; e "PLS nº 220/97, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil

Quinta-feira (2.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PDL nº 145/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Espanha; "PDL nº 146/97, que aprova o texto

do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado; e "Requerimento nº 177/98, o senador Leonel Paiva solicita tramitação conjunta da PEC nº 43/97 com a nº 63/95, por versarem sobre a extinção de tribunais e juízos especializados em matéria trabalhista

COMISSÕES

Terça-feira (31.03.98)

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

15h - Comissão Mista de Medida Provisória

Pauta: "MP nº 1.645, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento da Seguradora Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 4.400.000,00, para os fins que especifica. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (1º.04.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PEC nº 2/95, que retira a exigência constitucional de o parlamentar somente poder ser processado com prévia licença de sua Casa (tratando em conjunto com as PECs nºs 3/95 e 10/97); e "PEC nº 18/97, que amplia a competência do tribunal do júri para julgar todos os crimes dolosos contra a vida, "independente de quaisquer privilégios ou prerrogativas de outro foro". Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara ao "PLS nº 93/93, que regulamenta o setor de planos e seguros de saúde
Convidados: dr. Roberto Cury, Associação Brasileira de Serviços de Assistência à Saúde Própria e Empresas - Abrasp; dr. Mano César Scheffer, Conselho Nacional de Saúde; dr. Waldir Paiva Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina; dr. Antônio Celso Nacof, presidente da Associação Médica Brasileira; e dr. Euripedes B. Carvalho, presidente da Federação Nacional dos Médicos. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Cultura ao Meio-Dia

Filme: Fica Comigo, de Tsukasa Yamasaki. Auditorio Petrólio Portella

Quinta-feira (2.03.98)

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; "PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; "PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação a distância; e "PDL nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratã Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Tuma homenageia colônia japonesa de SP

Ao completar 40 anos de existência e inaugurar nova sede em São Paulo, a sociedade Shimane Kenjin do Brasil convidou o senador Romeu Tuma (PFL-SP) para ser um de seus conselheiros. O senador aproveitou a ocasião para destacar, em discurso no Senado, a admiração que tem pelos imigrantes japoneses.

Romeu Tuma lembrou que convive há anos com a colônia nipônica em São Paulo, que é o maior grupo de japoneses fora de seu país. Um exemplo da cordialidade desses imigrantes, ob-

servou o senador, pode ser visto todo início de ano, quando no dia primeiro de janeiro a colônia japonesa distribui à população paulista o bolinho de arroz da sorte, o *moji*.

- Os imigrantes desse notável país estão perfeitamente integrados à vida brasileira. Muitos casaram-se aqui, mesclando raças, que ajudaram a constituir um novo Brasil. Mas o orgulho que nutrem pelo país de origem leva os japoneses a formarem associações como a Shimane Kenji.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15ª e 16ª andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Projeto a ser apreciado pelo plenário na quarta é o primeiro resultado do trabalho realizado pela Comissão Temporária do "El Niño"

Senado vota diretrizes nacionais de defesa civil

Projeto estabelecendo as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil, o primeiro resultado da Comissão Temporária do "El Niño", será votado em plenário nesta quarta-feira. A proposição prevê o fortalecimento e funcionamento em caráter permanente do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), estabelecendo medidas preventivas e de emergência para enfrentar calamidades.

O Senado vota várias propostas esta semana. Entre elas, o projeto de lei da Câmara que reduz os valores da taxa de fiscalização da instalação de emissoras de rádio e televisão - incluído na Ordem do Dia de amanhã. E os projetos de decreto legislativo que aprovam os acordos de parceria e cooperação em segurança pública, com a França, e de cooperação na

luta contra o crime organizado e tráfico de entorpecentes, com a Itália, estão na pauta da quarta-feira (*ver matéria abaixo*). Além disso, a Casa vota projeto que inclui no rito processual da Lei nº 8.029/90 as liquidações do Banco de

Proposta da comissão prevê o fortalecimento e funcionamento em caráter permanente do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec)

Roraima e da Companhia Usinas Nacionais.

Na sessão deliberativa de amanhã, será examinado ainda o projeto de resolução do Senado que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Espanha. Quatro atos de renovação de outorga a emissoras de rádio - Tropical de Itapeceira da Serra (SP), Brasil Sociedade Limitada (SP), Brasil de

Adamantina (SP) e Rede Tocantins de Comunicação (TO) - serão votados, bem como a indicação do diplomata José Viegas Filho como embaixador do Brasil no Peru.

Na quarta-feira, o plenário do Senado delibera também sobre o acordo de troca de notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), celebrado em 96, em Paris.

Para a quinta-feira, estão previstas as votações dos projetos de aprovação do texto do acordo de cooperação em turismo entre o Brasil e a Espanha e do texto do estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII Conferência realizada em 1951.

Plenário analisa acordos para combate ao crime organizado

O estabelecimento de cooperação entre Brasil e França para a área de segurança pública é o objetivo de tratado entre os dois países que será votado pelo plenário do Senado na próxima quarta-feira. O tratado prevê assistência mútua para o combate ao crime organizado internacional, ao tráfico de drogas, à imigração irregular e ao terrorismo.

O acordo, relatado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), institui mecanismos para a troca de informações relativas às pessoas suspeitas, estabelecendo, quando possível, vínculos entre elas e as estruturas criminosas. A mesma sistemática aplica-se no tra-



Tuma: "Atitude indispensável"

to do problema da imigração irregular, cabendo a cada país identificar, interpelar e reencaminhar os imigrantes ilegais provenientes de seu território.

Na mesma sessão, será votado acordo com a Itália para o combate ao tráfico internacional de entorpecentes. O tra-

to prevê a troca de informações e a harmonização das legislações dos dois países contra o crime organizado, o tráfico de drogas e delitos correlatos. O ato institui a Comissão Mista de Colaboração entre os dois países, presidida pelo ministro da Justiça do Brasil e pelo ministro do Interior italiano.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que também relatou a matéria na CRE, defendeu a adoção de acordos dessa natureza como uma atitude "indispensável" à luta contra o crime organizado e o tráfico de drogas.

"A natureza insidiosa de tais práticas, altamente lesivas à própria sociedade internacional, requer cada vez mais a aproximação e a interação entre os países", avaliou Tuma.

Arruda acha que Anatel pode suportar perda de apenas 7% de sua receita total



Votação de amanhã define novo valor da taxa de radiodifusão

O plenário do Senado votará amanhã projeto oriundo da Câmara dos Deputados que reduz os valores da taxa de fiscalização da instalação de emissoras de rádio e televisão. Fixada no ano passado pela Lei Geral de Telecomunicações, a tabela onerou essas taxas em até 12.000% em relação às cifras então cobradas, razão pela qual a Câmara votou projeto modificando esses valores.

Pela tabela adotada no ano passado, foram aumentadas em 4.000% as taxas para estações de radiodifusão sonora em onda média; em 12.000% para estações de radiodifusão sonora em frequência modulada; e em 2.000% para inúmeros outros tipos de serviço. Nesse projeto sujeito à deliberação do Senado, houve uma redução no valor das taxas, encontrando-se essas cifras reajustadas em níveis da ordem de 3.000%, 1.000% e até 200%, dependendo da potência do serviço de radiodifusão sonora.

O projeto tem pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. O parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde o relator é Odacir Soares (PTB-RO), será apresentado em plenário. Ele defende a aprovação de um substitutivo contendo um anexo alterando a tabela de valores da taxa de fiscalização aprovada pela Câmara, por entender que ela ainda contém distorções.

O parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, onde a matéria foi relatada por José Roberto Arruda (PSDB-DF), é favorável à matéria como veio da Câmara e conclui que o efeito dessa redução nas taxas de fiscalização resultará numa perda de apenas

7% sobre a arrecadação total da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão beneficiário desses recursos.

Arruda alega que essa redução é perfeitamente suportável pela Anatel, em vista da contrapartida que é viabilizar a sobrevivência das empresas de radiodifusão. Em seu parecer, Arruda afirma que os valores dessa nova tabela são fruto de negociações entre o Congresso e o Poder Executivo, resultado de uma avaliação mais realista dos recursos necessários ao funcionamento da agência.

O relator ressaltou que para as classes mais altas das estações de radiodifusão sonora em

A tabela em vigor, que o Senado pretende corrigir em linha, reajustou as taxas para estações de radiodifusão em até 12.000%

frequência modulada, que correspondem ao uso de tecnologias mais sofisticadas, o projeto apresenta valores superiores aos aprovados no ano passado. Arruda explicou ainda que a taxa de fiscalização de instalação incide só uma vez na vida econômica de uma empresa de telecomunicações, exatamente quando ela é instalada.

No substitutivo que pretende defender em plenário, o senador Odacir Soares diz que pretende aperfeiçoar essa tabela, levando em conta que vivemos em uma economia estável. Ele afirma que os valores das taxas da Lei Geral de Telecomunicações foram calculados sobre o faturamento máximo possível das emissoras, ou seja, 25% do tempo de permanência no ar em comerciais, o que considera "absolutamente impraticável".

Estados desenvolvidos recebem maior parte dos recursos, queixa-se o senador; ao cobrar tratamento equitativo por parte do governo federal

João Rocha condena prioridade a regiões ricas

Os critérios de distribuição dos recursos federais para estados e municípios, segundo o senador João Rocha (PFL-TO), têm aprofundado a "histórica e equivocada concentração industrial e de investimentos nas regiões Sudeste e Sul do país". Ele cobrou do governo federal maior equilíbrio regional nos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e nos repasses orçamentários da União.

- A concentração de riqueza nos estados menos necessitados contribui para agravar os desequilíbrios regionais, estimulando o processo migratório para os locais mais ricos e ampliando o quadro de degra-



Rocha prevê aumento da migração

dação social nos grandes centros urbanos - enfatizou.

Do total de R\$ 29 bilhões em financiamentos concedidos pelo BNDES no ano passado, João Rocha afirmou que 71% foram destinados ao Sul e Sudeste, o que representou cerca de R\$ 20 bilhões. Dos R\$ 9 bilhões restantes, o Nordeste teve acesso a R\$ 3,9 bilhões, o Centro-Oeste, a R\$ 3,2 bi-

lhões, e o Norte obteve apenas R\$ 1,1 bilhão.

Os repasses orçamentários da União também têm sido regionalmente concentrados, conforme o senador: "Em 1996, dos R\$ 22,3 bilhões transferidos pela União, os cinco principais estados e o Distrito Federal receberam R\$ 13,3 bilhões, equivalentes a cerca de 60% do total. Só São Paulo e Rio de Janeiro foram contemplados com aproximadamente R\$ 6 bilhões."

Ao Tocantins, contrariamente, a União repassou apenas R\$ 106,2 milhões em 1996, correspondentes a 0,47% do total. Em 1997, do total de R\$ 32,2 bilhões, a União repassou em torno de R\$ 22 bilhões aos seis estados mais ricos, enquanto o Tocantins recebeu apenas R\$ 163 milhões, ou 0,51% do total, acrescentou João Rocha.

Prefeitos receberão orientação sobre Comunidade Solidária

As estratégias para obtenção de recursos federais do programa Comunidade Solidária serão mostradas na 3ª Teleconferência, que o Senado Federal promove amanhã, entre 14h e 17h, para todo o país, visando atingir prioritariamente os prefeitos, deputados estaduais, vereadores, servidores das assembleias legislativas e líderes locais.

Organizada pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, a teleconferência levará ao conhecimento das prefeituras informações suficientes para que não deixem de receber recursos federais por desconhecimento do caminho a ser seguido ou para que não precisem de intermediários a fim de conseguir verbas a que

têm direito.

Com transmissão direta do Senado Federal, a 3ª Teleconferência será aberta pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, e pela presidente do Conselho

Presidente do Senado e Ruth Cardoso abrirão a teleconferência, que terá transmissão direta por satélite para todo o país

Nacional do programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso. Serão conferencistas a secretária-executiva do programa Comunidade Solidária, Anna Maria Peliano; e os consultores da área de Orçamento do Senado Federal, Hipólito Gadelha Remigio e Ilvo Debus.

A teleconferência poderá ser assistida, ao vivo, nos te-

lões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda existentes nas capitais e nas principais cidades brasileiras. Também terá acesso à 3ª Teleconferência os usuários de antena parabólica comum, desde que sintonizada no canal Transponder 6 - A2, polarização horizontal, frequência 3930, ou frequência 1220 para quem dispõe da Banda L.

Dúvidas e perguntas podem ser encaminhadas durante a teleconferência através do telefone 0800-620100; do fax 0800-610115; e do e-mail ilb@administ.senado.gov.br. Maiores informações, pelos telefones (061) 311-1391 e (061) 3111-1395.



Odacir: devedores no cadastro

Odacir quer alterar Lei Orgânica do TCU

Projeto apresentado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), alterando a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, prevê a inscrição dos administradores responsáveis por dívidas vencidas e não pagas - cujo credor seja órgão ou entidade da administração federal - no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

No entender do senador, "além de corrigir a diferença de tratamento existente para devedores, em razão do valor maior ou menor do que determinado limite, a proposição objetiva contribuir para os esforços de reduzir o estoque de valores a receber pelo Erário". Odacir lembra que, a partir do aprimoramento dos sistemas informatizados, "o inadimplente para com o Erário deixa de tomar proveito da falta de coesão entre as várias instâncias administrativas e passa a ser reconhecido pelo não cumprimento das suas obrigações para com a 'azienda pública'".

A proposta do senador por Rondônia terá seu mérito apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se manifestar sobre sua constitucionalidade, juridicidade e correta técnica legislativa. Caso seja aprovado e não receba recurso para ratificação pelo plenário da Casa, o projeto, que tramita terminativamente, seguirá para apreciação pela Câmara dos Deputados.



Hollanda: antiga reivindicação

Hollanda pede curso de Comunicação em Petrolina

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) manifestou seu apoio à criação imediata de um curso de Comunicação Social no município de Petrolina, no sertão pernambucano, lembrando que a medida é antiga reivindicação da Associação de Imprensa do estado (AIP).

- A importância e a representatividade social e política da AIP já seriam suficientes para conferir elevado mérito e legitimidade ao projeto de instalação do curso de Comunicação Social na cidade de Petrolina - enfatizou.

Segundo Joel de Hollanda, convergem em favor desse pleito diversos fatores, entre os quais "a interiorização da atividade universitária que, na maioria dos casos, limita-se a concentrar-se nos pólos e regiões mais desenvolvidas, como nas grandes cidades, situação que se torna mais grave no Nordeste".

Ele reportou-se ao ofício que lhe foi enviado pelo presidente da AIP, jornalista Carlos Cavalcante, no qual solicita empenho do senador na concretização do pleito dos jornalistas locais. Hoje, Petrolina conta com cerca de 500 profissionais, trabalhando em uma emissora de TV, três de rádio, três jornais e uma revista.

- Tenho a firme convicção de que a criação do curso de Comunicação em Petrolina terá o apoio decidido do ministro da Educação, professor Paulo Renato, e do magnífico reitor da Universidade Federal de Pernambuco, assim como dos senadores - acrescentou.

Benedita diz que Rio vive estado de abandono

Um déficit escolar de 1,14 milhão de vagas e o maior percentual de demissões (10,7%) entre os estados brasileiros foram as duas principais críticas feitas em discurso pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) à condução política e econômica que vem sendo promovida pelo governo fluminense. Ela usou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do balanço anual feito pelo jornal *Gazeta Mercantil* para traçar um quadro sombrio da realidade atual de seu estado.

Benedita qualificou como "sobreviventes" 66% dos 12,8 mi-

lhões de habitantes do estado, somados os 42% de pobres com 24% de miseráveis. Disse que 2 milhões de pessoas não dispõem de abastecimento de água no estado e outras 3 milhões não têm acesso ao saneamento básico.

A dependência dos serviços públicos de saúde pela população também foi destacada pela senadora. Os números do IBGE indicam que houve, em 1990, 78 milhões de consultas nos hospitais públicos e 30 milhões nos ambulatórios particulares.

A senadora lamentou que os recursos obtidos com a venda de 26 estatais não estejam sendo utilizados na prestação de serviços de educação básica, saúde pública, segurança e habitação popular, como foi anunciado.

- Não obstante, o prioritário, para o governador e para o presidente, parece ser a reeleição, remanescendo os problemas da área social em plano secundário - afirmou Benedita.

Entre janeiro e julho do ano passado, foram demitidos 10,7% dos trabalhadores fluminenses, contra a média nacional de 5,6%. Em Minas Gerais, o índice não passou de 1,9%.



Benedita traçou quadro sombrio

Freire cobra revisão de programa educacional

O senador Roberto Freire (PPS-PE) cobrou uma revisão imediata no Programa de Incentivo à Docência (PID) e fez um apelo para que o governo formule um projeto para o ensino superior e para a ciência e tecnologia. "Uma proposta consistente, que não tenha como objetivo exclusivo cobrir parcialmente o cheque especial de alguns professores e pesquisadores em ano eleitoral", disse ele.

Com o PID, o senador entende que governo está instituindo o que o professor Silvio Lemos Meira, da Universidade Federal de Pernambuco, chamou de "autofagia departamental".

- O que está se fazendo é despir um santo para vestir outro, e de forma pouco criativa. Poderia até ser a solução encontrada por outra gente, mas não por Fernando Henrique, que, antes de ser presidente, é professor e intelectual - afirmou.

Para Roberto Freire, a chamada novidade introduzida pelo programa confirma que "a educação não é prioridade nesse governo". Ele entende que o PID incita a batalha entre professores nos departamentos, gerando desconfiância e antipatia num ambiente que deveria ser fundamentalmente de cooperação.



Freire prevê fracasso do PID

Senador acha que futuro ministro José Serra deve indicar auxiliares sem ingerências e com base na competência

Jefferson culpa política por caos na saúde pública

A ingerência política é uma das causas dos problemas que a saúde pública no Brasil vem enfrentando, afirmou sexta-feira o senador Jefferson Péres (PSDB-AM), em discurso no plenário. Ele citou matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título "José Serra assume órgão loteado pela base aliada", que denuncia a distribuição de cargos da Fundação Nacional de Saúde (FNS) entre políticos da base do governo federal.

- Se o senador José Serra não tiver poder, força, coragem e disposição para fazer uma limpeza e entregar a FNS e todos os órgãos do Ministério da Saúde a pessoas competentes e livres de injunções políticas, é melhor que não aceite sua indicação. No seu lugar, eu nem



Vida pública desilude Jefferson

assumiria o ministério, principalmente num ano eleitoral - opinou Jefferson.

O senador lamentou que o costume de se promoverem nomeações segundo critérios polí-

ticos faça parte da cultura brasileira: "Infelizmente, 90% dos políticos julgam que isso é natural, que os cargos devem ser preenchidos através de indicações políticas. Para eles, isso é normal, inclusive num setor como o da saúde, que pode ser utilizado com fins eleitoreiros, quando não para algo pior".

Depois de afirmar que "a cada dia que passa se desilude da vida pública", Jefferson Péres observou: "Cheguei a este Senado sem usar cargo, sem usar a máquina administrativa, sem usar dinheiro de empresário. Quem usa a máquina, quem usa o governo, quem usa os cargos públicos para galgar postos não é um político, mas sim um politiqueiro, um aproveitador".

Tatuagem em menor deve ser autorizada pelos pais

A tatuagem em menores de 18 anos só poderá ser feita com autorização expressa dos pais ou responsáveis. É o que estabelece projeto de lei apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). O descumprimento da lei sujeita o infrator a multa equivalente a 500 Ufirs (Unidade Fiscal de Referência), sem prejuízo de outras sanções legais. O projeto prevê ainda que a autorização será feita por escrito e deverá ficar em poder do realizador da tatuagem até que o menor complete 18 anos.

Na justificativa da proposta, o senador destaca que é grande o risco de quem se arrepende de ter feito a tatuagem, mas não tem como se livrar dela, por falta de dinheiro ou pelo fracasso da cirurgia:

- Obrigado a conviver permanentemente com o resultado de um roubo juvenil, o adulto é quase sempre estigmatizado pela marca que carrega, por ela estar ligada, no



José Ignácio quer aplicar multa de 500 Ufirs a quem descumprir a lei

imaginário popular, à marginalidade. Assim, o simples fato de ser tatuado muitas vezes é motivo suficiente para que alguém seja preterido no processo de seleção para o mercado de trabalho.

José Ignácio Ferreira refere-se ainda ao risco de saúde a que se expõe a pessoa que resolve fazer uma tatuagem, devido à ausência, muitas vezes, de condições mínimas de assepsia. E informa que a tatuagem de menores de 18 anos já está proibida no Distrito Federal, em São Paulo e

no Espírito Santo:

- A adoção desta proposição pelo Legislativo federal tem o mérito, portanto, de trazer a matéria para o plano do debate nacional, evitando que os legislativos estaduais sucessivamente se debruceem sobre o mesmo assunto. Além disso, a iniciativa em si tem o mérito de minimizar a interferência do Estado na vida privada do indivíduo, colocando nas mãos das pessoas que lhe são mais próximas a tarefa de avaliar a decisão do jovem.


CARTAS

"Tenho recebido periodicamente o *Jornal do Senado* comprovado seu sucesso dentro da linha editorial pretendida. Um serviço feito dessa maneira faz crescer a credibilidade dos políticos e dá ao leitor condições de se inteirar dos assuntos atuais.

Como editor de jornal, sempre me pauto pelas matérias publicadas no *Jornal do Senado*, com a confiança de estar recebendo informações seguras e imparciais."

Rogério Chiaroti - editor do jornal "O Momento" (Morro Agudo-SP)

"Cumprimentos à equipe deste brilhante e competente veículo de informação do Senado, órgão federal que honra os brasileiros.

Ao ler o *Jornal do Senado* adquiriu a certeza de que sou um cidadão e de que entre os parlamentares há homens de caráter e mulheres de personalidade, garra e fibra, que lutam por uma sociedade mais justa e solidária."

Célio Borba (Fazenda Rio Grande-PR)

"Parabéns ao Senado Federal pela iniciativa de criar serviços que levam a todo o Brasil informações a respeito das atividades da Casa.

Os serviços prestados pelo *Jornal do Senado* e pela TV, Rádio e Ouvidoria da Casa representam um avanço e comprovam o ótimo trabalho exercido pelos senadores."

Leônidas Jurueña (Rio de Janeiro-RJ)

"Parabéns à equipe do *Jornal do Senado* pelo importante trabalho de levar ao conhecimento da sociedade brasileira as atividades e decisões do Senado. São notícias em primeira mão, transmitidas diretamente da origem, que oferecem a nós, leitores, uma visão concreta e transparente do que acontece nessa Casa.

Como Secretário Administrativo da Câmara Municipal de Riachinho, solicito a assinatura desse magnífico jornal, para que possa ampliar minha formação política."

José Santana Dias Carreira (Riachinho-TO)

Resposta do editor: O pedido de assinatura será atendido.

Ao denunciar a marginalização do negro no país, senador reafirma a importância do combate à desigualdade entre as raças

Alcântara apóia luta contra a discriminação

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado em 21 de março, representa mais do que um momento grave de reflexão, uma ocasião propícia para se reafirmar a luta contra a desigualdade entre as raças. Ele ressaltou que o transcurso da data, neste ano, ocorreu simultaneamente à realização, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, do seminário Quilombolas e Preservação Cultural.

Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar o massacre de Shaperville - quando a polícia sul-africana matou 69 negros e feriu mais de uma centena durante manifestação política contra o *apartheid*, em 21 de março de 1960 -, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, na opinião de Alcântara, proporcionou uma maior conscientização sobre a luta pela afirmação da raça, que não se restringe à



Alcântara: oportunidades iguais

África do Sul.

- No Brasil, país de maior população negra fora da África, os negros lutam pela igualdade não tanto de direitos, mas, principalmente, de oportunidades. E lutam também pela afirmação de sua identidade cultural, que lhe vem sendo negada insidiosamente ao longo da nossa história - comentou o senador.

A luta de Zumbi dos Palmares, morto em combate no ano

de 1695, foi citada por Alcântara. "Essa denodada batalha dos povos negros no Brasil tem o seu arquétipo de convivência democrática e de igualdade entre os povos não na sociedade abolicionista que se seguiu, mas nos quilombos, especialmente o de Palmares, que ficava na região onde hoje se situa a cidade de União dos Palmares, no estado de Alagoas", lembrou.

O senador denunciou que ainda hoje os negros são marginalizados na sociedade brasileira, ao lado de outras minorias raciais, como os indígenas, ou sociais, como os menores de rua, as mulheres, os analfabetos e os deficientes. "É preciso compreender que a inserção do negro ou do índio na nossa sociedade, com direitos iguais e completa condição de cidadania, não deve ser tarefa exclusiva desses povos, mas objetivo comum a todos os que acreditam na construção de uma nação justa, democrática e solidária", completou.

Benedita adverte que juros altos causam desemprego

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que o aumento do desemprego é resultado das altas taxas de juros, das medidas fiscais adotadas pelo governo, do aumento da população economicamente ativa, da falta de investimentos em setores que geram mais empregos e do efeito Ásia.

Ela observou, contudo, que não é hora de filosofar sobre as causas do desemprego, mas de empreender ações rápidas. "Reconheço que a redução da taxa de juros proposta pelo Banco Central, de 34% para 28%, é uma sinalização no sentido de se corrigirem distorções do mercado, mas ainda está

longe de resolver o problema", ressaltou Benedita. Ela questionou como um país que cresce apenas 3,03% ao ano pode pagar juros de 28%. E acrescentou que isso acontece porque o Brasil está disposto a remunerar o capital com taxas elevadíssimas, em troca de um crescimento insignificante.

Benedita da Silva destacou que, ao se fazer uma radiografia do desemprego por setores, ele se verifica principalmente na indústria e no comércio, não sendo difícil entender a razão desse fato. "Se a economia não cresce o suficiente para manter os fatores de produção em pleno emprego, acaba ocorrendo a ociosidade desses fatores", afirmou.

A senadora explicou que, no momento, o fator trabalho está ocioso e gerando uma grande mazelada social - o desemprego. A senadora duvida que um país rico como o Brasil não disponha dos outros fatores de produção - capital e recursos naturais - suficientes para aproximarse do pleno emprego.

- Desconfio que esses fatores ou estão ociosos ou estão recebendo maiores remunerações fora do setor produtivo, o que é mais provável - comentou. Na opinião de Benedita da Silva, somente com um expressivo crescimento do PIB o Brasil poderá sair dessa situação.

TV Senado estreia nova programação

A partir de hoje, a TV Senado inaugura uma nova programação no horário das 8h.

SEGUNDA: "CIDADANIA" - o programa promove um diálogo permanente entre a sociedade civil e o Legislativo. Hoje o "Cidadania" trata dos crimes contra jornalistas, com a presença do presidente da Fenaj, Américo Antunes, e o deputado federal Pedro Wilson, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

TERÇA: "MULHERES EM DEBATE" - o programa discutirá temas de interesse social, como violência, educação e saúde, com a participação de senadoras, deputadas e mulheres que se destacam no exercício de funções públicas ou na sociedade civil. Amanhã a deputada federal Maria Elvira (PMDB-MG) e a médica Fátima Regina Pinheiro falam sobre os programas de assistência à saúde da mulher.

QUARTA: "AGENDA ECONÔMICA" - o programa abordará assuntos ligados à economia em discussão no Senado ou de grande repercussão na sociedade brasileira. Nesta quarta-feira, o deputado federal Celso Russomano e a diretora do Procon-DF, Lene Santiago, falarão sobre os direitos do consumidor.

QUINTA: "DEBATE" - o programa pretende tratar de assuntos de relevância e interesse público. Nesta quinta, a cineasta Betse de Paula e Moacir Ferreira, do Ministério da Cultura, falam sobre o cinema brasileiro.

SEXTA: "SETE DIAS NA POLÍTICA" - o programa fará um balanço dos principais assuntos políticos discutidos no Congresso durante a semana. Uma vez por mês será apresentado o programa "Política Global", com temas da economia e da política internacionais, comércio exterior e infra-estrutura.

Os programas serão representados às 13h15 e às 19h30, desde que não haja sessão plenária ou reunião de comissão nesses horários.

Senador pediu apoio do plenário à aprovação de sua proposta de emenda constitucional que pretende fortalecer as reivindicações por políticas habitacionais mais consistentes

Mauro propõe moradia como direito social



Mauro defende direito à habitação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu o apoio do plenário do Senado à aprovação de proposta de emenda constitucional, de sua autoria, que inclui a moradia no capítulo dos Direitos Sociais, relacionados na Constituição de 1988. Mauro Miranda acredita que a inclusão do tema no texto constitucional fortalecerá as reivindicações da sociedade por políticas habitacionais mais consistentes.

Apesar de destacar algumas medidas do governo federal na

área habitacional, "principalmente programas específicos da Caixa Econômica Federal", o senador goiano acha que o assunto merece decisões em nível estrutural.

- O assunto deve ser preocupação permanente do Estado e da sociedade, e, para isso, é preciso que tenha respaldo de suportes constitucionais claramente definidos - defendeu o parlamentar.

Mauro Miranda elogiou a possível criação do ministério especial para habitação e sa-

neamento. Segundo ele, o tratamento prioritário dessa questão possibilitará a solução de dois graves problemas sociais. "A oferta de emprego tende a ser beneficiada, porque o setor da construção civil é o que responde mais rapidamente às políticas de geração de postos de trabalho; por outro lado, esses investimentos caminham na solução de um dos mais graves problemas do país, que é a falta de teto para cerca de 5 milhões de pessoas", afirmou o senador.



Napoleão vê capital como pólo

Napoleão quer criar Grande Teresina

Para articular e harmonizar ações administrativas da União e dos estados do Piauí e Maranhão, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) apresentou projeto de lei que define a criação da Região Integrada da Grande Teresina e o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina. O projeto estabelece linhas de crédito, incentivos fiscais, programa de geração de emprego e fixação da mão-de-obra.

A região abrangerá municípios do Piauí - Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinho, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Teresina e União - e o município maranhense de Timon, cidade-irmã de Teresina, separada apenas pelo rio Parnaíba. Napoleão explica que, apesar de capital de um dos estados mais carentes do país, Teresina é um pólo de influência não só para os municípios do Piauí, mas também para parte do Maranhão, Tocantins e Pará.

Campos destaca maior controle do FGTS

O senador Júlio Campos (PFL-MT) destacou a vigência da Lei nº 9.491, obrigando as empresas que demitem funcionários sem justa causa a depositar multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato. "É uma grande vitória contra a fraude praticada por alguns, a ignorância de muitos e o atraso de nossos mecanismos formais de controle social", afirmou.

Anteriormente, explicou Campos, a empresa repassava a multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS diretamente ao trabalhador, o que ensejava "tanto a prática do calote por parte dos empregadores quanto de

acordos informais e ilegais entre patrões e empregados". No primeiro caso, o valor das multas era reconhecido, mas nada era pago; no segundo, o próprio trabalhador assinava o termo de rescisão contratual como se tivesse recebido tudo a que teria direito.

A nova legislação, que foi sancionada pelo presidente da República e entrou em vigor em 16 de fevereiro deste ano, teve como fonte inspiradora, segundo o senador, projeto de lei do Senado de sua autoria - "o PLS nº 97, que estabelecia exatamente o que o governo agora transforma em lei".

- Segundo dados divulgados pela imprensa nos últimos dias de janeiro, somente no ano de 1997, cerca de R\$ 2,8 bilhões deixaram de ser repassados



Campos diz que a nova legislação é uma vitória contra a fraude

ao trabalhador como pagamento de multa rescisória e foram parar no chamado "caixa dois" das empresas - informou.

Além de onerar os cofres da Caixa Econômica Federal, Júlio Campos apontou que a lei anterior redundava em importante efeito cascata, desequilibrando o Imposto de Ren-

da, diminuindo o nível do caixa do seguro-desemprego e reduzindo a arrecadação líquida anual do FGTS. Em dezembro de 1997, após R\$ 7 bilhões em saques por demissão trabalhista sem justa causa, que significaram 52% do total de saques registrados, o saldo total do FGTS foi de R\$ 54,5 bilhões, afirmou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 8h - Cidadania - debate com Américo Antunes - presidente da Federação Nacional de Jornalistas, e o deputado federal Pedro Wilson - presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, sobre o assassinato de jornalistas
- 9h30 - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 10h - Debate apresentado por Fernando Cesar Mesquita com o médico genitor Eduardo Gomes e a médica nutricionista Sandra Lohman sobre envelhecimento e nutrição
- 12h15 - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 13h15 - Cidadania - debate com Américo Antunes - presidente da Federação Nacional de Jornalistas, e o deputado federal Pedro Wilson - presidente da Comissão de Direitos Hum-

- nos da Câmara Federal, sobre o assassinato de jornalistas
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 18h45 - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 19h30 - Cidadania - debate com Américo Antunes - presidente da Federação Nacional de Jornalistas, e o deputado federal Pedro Wilson - presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, sobre o assassinato de jornalistas
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Mulheres em Debate - a deputada Maria Elvira (PMDB-MG) e a médica Fátima Regina Pinheiro debatem sobre os programas de assistência à saúde da mulher
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"

- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"
- Obs: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

Senador quer o apoio do governo federal para as culturas típicas da região e para a diversificação da economia local como forma de gerar empregos e fortalecer o setor produtivo nacional

Miranda pede prioridade para a Amazônia

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) fez um apelo ao governo federal para que a Amazônia seja tratada como prioridade. Ele solicitou apoio para a produção de borracha, castanha e juta, e maiores incentivos para diversificar a economia da região, visando gerar novos empregos e fortalecer o setor produtivo nacional.

- Não podemos permitir que o nosso caboclo, que esse homem inteligente, trabalhador, sem grandes ambições e que sabe mais do que ninguém pre-

servar o meio ambiente, seja obrigado a abandonar a terra em que nasceu e cresceu por falta de condições de sobrevivência - explicou.

As distorções e desequilíbrios econômicos, sociais, regionais e políticos existentes entre as regiões mais ricas e as mais pobres do Brasil também



Miranda: Norte está esquecido

foram denunciados por Gilberto Miranda. "Este fenômeno é mais grave em relação à região Amazônica, pois infelizmente ainda não existe uma verdadeira consciência do que representa a Amazônia para o país, para nosso futuro e para o futuro das novas gerações de brasileiros", comen-

tou Miranda.

Além de reclamar que o Norte do país tem sido esquecido e não vem recebendo o tratamento que lhe é devido pelo governo federal, o senador reivindicou uma maior presença das Forças Armadas na região. "O que estou defendendo não é a militarização da Amazônia, mas a integridade do território nacional, o aproveitamento de nossas riquezas e o afastamento dos que procuram desviar a Amazônia de seu futuro de grande patrimônio do Brasil", completou.



Wilson quer fortalecer Embratur

Senador defende estímulo ao turismo

Em entrevista à TV Senado, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) alerta para a necessidade de fortalecer a Embratur e aumentar os investimentos em infraestrutura e na divulgação das opções de lazer do país. Tudo isso para atrair os turistas estrangeiros e reconquistar os brasileiros, que viajam cada vez mais para o exterior. Essa situação levou o Brasil a perder US\$ 12 bilhões entre os anos de 86 e 96, informa Carlos Wilson na entrevista, que vai ao ar às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45 de hoje.

Fica comigo é atração no Cultura ao Meio-Dia

Drama que fala da desordem afetiva do mundo de uma adolescente. *Fica comigo* abre a programação do mês de abril dentro do Projeto Cultura ao Meio-Dia. O filme, dirigido por Tisuka Yamasaki, será exibido na próxima quarta-feira no Auditório Petrônio Portella, do Senado.

O filme tem no elenco grandes atores como Antônio Fagundes, Luciana Rigueira, Lúcia Alves e Teresa Seiblit.

O Projeto Cultura ao Meio-Dia, promovido pela Coordenação de Relações Públicas do Senado, apresenta toda semana filmes nacionais, e está aberto ao público em geral, com entrada franca.

Os próximos filmes desse mês são: *O cego que gritava luz*, de João Batista de Andrade (dia 8); *A ostra e o vento*, de Walter Sales Jr. (dia 15); *Cinema de lágrimas*, de Nelson Pereira dos Santos (dia 22) e *Ed Mort*, de Alain Fresnot (dia 29).

Ronaldo fará palestra sobre Cruz e Sousa em Florianópolis

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) proferirá palestra sobre Cruz e Sousa, hoje, às 19h, em Florianópolis, no museu dedicado ao poeta. O ato faz parte das homenagens prestadas ao simbolista catarinense, no centenário de seu nascimento. João da Cruz e Sousa filho de escravos alfornados, lutou, com seus versos, contra o racismo e em defesa da libertação dos escravos.

PRÊMIO

O Congresso Nacional criou o Prêmio Cruz e Sousa de Monografia, para estimular o debate sobre a vida e a obra do poeta. Os trabalhos classificados



Ronaldo: homenagem ao poeta

em primeiro lugar, nas categorias *estudante e geral*, receberão, cada um, R\$ 10 mil, e os classificados do segundo ao

quinto lugares terão menção honrosa.

As inscrições vão até 15 de maio, devendo as monografias serem enviadas para o Conselho do Prêmio Cruz e Sousa, Diretoria do Senado Federal, Praça dos Três Poderes - CEP 70.165-900, Brasília - DF, em dois envelopes lacrados. O primeiro com três cópias da monografia, não excedendo a 80 páginas de 30 linhas com 70 caracteres. O segundo envelope deverá conter uma cópia da carteira de identidade do candidato, endereço e comprovante de matrícula, no caso de estudantes.

Palmeira lamenta morte de artista plástica alagoana

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) lamentou o falecimento da artista plástica alagoana Maria Tereza Vieira, diretora da Oficina de Artes do Rio de Janeiro. "Ela se dedicou ainda muito jovem à nobre vocação de sua vida, que foi estimular a criação no campo das artes para pôr para fora as cores do calor do Nordeste", disse.

Palmeira traçou um perfil biográfico de Maria Tereza Vieira, nascida em Maceió, lembrando

sua trajetória artística, desde quando começou, aos 18 anos no Rio de Janeiro, a lecionar pintura na Academia Nacional de Belas Artes, "ofício ao qual se dedicou durante 50 anos".

O senador lembrou o trabalho da artista, em sua oficina, um prédio cedido pela prefeitura do Rio, onde expôs obras de artistas como Djanira, e possibilitou aos jovens que se iniciavam na carreira a oportunidade de exporem pela primeira vez.



Palmeira lembrou Maria Tereza

TV Senado debate a violência

O assassinato de dois jornalistas brasileiros somente este ano é um atentado à liberdade e à democracia. Esta é a opinião do presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Américo Antunes, que participa hoje do programa "Cidadania" na TV Senado. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado Pedro Wilson, também participa do debate.

O programa vai ao ar hoje às 8h, às 13h15 e às 19h30.